



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2026
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Brasileiro de Crédito S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Daniel Naves Marteletto
Assinado por DANIEL NAVES MARTELETTO/0608072800
CPF: 06308972800
Data e Hora da Assinatura: 28 August 2026 | 10:37 BRT
O: KPMG Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Email: AC-Signature@KPMG.com.br
S: 85C5C058141E10C07

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, do Banco Brasileiro de Crédito S.A. (“Companhia”), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. tem como objetivo a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, principalmente de caminhões, automóveis e veículos em geral, e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. Além disso, em conjunto com a cadeia de negócios da SIMPAR S/A, dá suporte aos canais de vendas do Grupo.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 os Ativos totais da Companhia somaram R\$ 3.005,8 milhões (R\$ 2.419,5 milhões em 31 de dezembro de 2025), representando um crescimento de 24% em relação a 31 de dezembro de 2025. Os destaques foram para o valor presente das operações de crédito que atingiram R\$ 2.310,3 milhões (R\$ 1.891,7 milhões em 31 de dezembro de 2025), um crescimento de 22% em relação à carteira de 31 de dezembro de 2025. Destaque também para as operações de títulos de créditos a receber, que atingiu o montante de R\$ 254,0 milhões (R\$ 167,4 milhões em 31 de dezembro de 2025). Outros destaques foram: Disponibilidades que atingiram R\$ 121,8 milhões (48,5 milhões em 31 de dezembro de 2025), dos quais R\$ 115,8 milhões em Outros Depósitos no Banco Central do Brasil (R\$ 39,1 milhões em 31 de dezembro de 2025), o montante de R\$ 108,9 milhões (R\$ 78,1 milhões em 31 de dezembro de 2025) em Títulos e Valores Mobiliários – Letras do Financeiras do Tesouro Nacional (LFT) e R\$ 97,4 milhões (R\$ 80,9 milhões em 31 de dezembro de 2025) em Créditos Tributários.

A captação de recursos destinados às operações de crédito e arrendamento mercantil totalizavam R\$ 2.618,3 milhões (R\$ 2.112,9 milhões, em 31 de dezembro de 2025), um crescimento de 24% em relação à 31 de dezembro de 2025, predominantemente pelos Depósitos a Prazo de R\$ 2.452,0 milhões (R\$ 2.010,1 milhões em 31 de dezembro de

2025) e pelos Depósitos Financeiros de R\$ 95,4 milhões (R\$ 96,9 milhões em 31 de dezembro de 2025).

O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 309,6 milhões (R\$ 253,3 em 31 de dezembro de 2025), com índice de Basileia de 11,31% (11,85% em 31 de dezembro de 2025).

O Lucro do 1º semestre de 2026 foi de R\$ 6.250, com prejuízo de R\$ (1.662) em 30 de junho de 2025.

Política de Equidade previstas na Lei Nº 15.177/2025

A Companhia reafirma seu compromisso com a diversidade e a inclusão, valores essenciais para nossa cultura corporativa. A equidade salarial é uma prioridade, e temos realizado estudos e ações contínuos para garantir esse equilíbrio, ajustando salários conforme necessário para assegurar a equidade de gênero e raça, seguindo os critérios da legislação brasileira.

No Grupo SIMPAR S/A já existem vários programas de diversidade e inclusão produtiva, como:

- **Treinamento e capacitação:** para letramento dos colaboradores sobre a importância da diversidade e inclusão, além de desenvolver habilidades para promover um ambiente de trabalho inclusivo;
- **Adoção de práticas de recrutamento:** que garantam oportunidades iguais para todos os candidatos, independentemente de sua origem, gênero, raça, orientação sexual ou outras características; e
- **Mentoria e suporte:** para grupos sub-representados, ajudando-os a desenvolver as suas carreiras e alcançar os seus potenciais máximos dentro da Companhia.

Auditoria Independente

De acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil, o Banco Brasileiro de Crédito S.A. no semestre findo em 30 de junho de 2026, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

A DIRETORIA



BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.

Balanços Patrimoniais (Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

Ativo	Notas	30/06/2026	31/12/2025	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante e Realizável a Longo Prazo		2.977.837	2.394.393	Circulante e Exigível a Longo Prazo		2.696.250	2.166.205
Disponibilidades	4	6.070	9.360	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		2.618.378	2.112.983
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		21.918	20.514	Depósitos Interfinanceiros	10a	95.485	96.970
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4	21.918	20.514	Depósitos a Prazo	10b	2.452.016	2.010.005
Títulos e Valores Mobiliários		108.991	78.114	Outros Depósitos	10c	6.110	6.008
Títulos e Valores Mobiliários	5	108.991	78.114	Obrigações por emissões de Letras Financeiras	10d	64.767	-
Créditos Vinculados		115.806	39.153	Obrigações Fiscais Diferidas	20b	38.370	29.024
Banco Central - Outros Depósitos	4	115.806	39.153	Outros Passivos	12	39.502	24.198
Operações de Crédito		2.182.521	1.788.690	Patrimônio Líquido	13	309.605	253.355
Operações de Crédito	6a	2.310.373	1.891.748	Capital Social		311.500	261.500
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	6h	(127.852)	(103.058)	Reservas de Lucros		1.110	8.435
Operações de Arrendamento Mercantil		103.848	143.646	Prejuízo Acumulado		(3.005)	(16.580)
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	116.814	155.600				
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	6h	(12.966)	(11.954)				
Operações com Características de Concessão de Crédito		249.245	164.296				
Operações com Características de Concessão de Crédito	6c	254.072	167.478				
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	6h	(4.827)	(3.182)				
Créditos Tributários	20b	97.418	80.945				
Outros Ativos	9	92.020	69.675				
Permanente		28.018	25.167				
Imobilizado de Uso	7	6.070	5.703				
Outras imobilizações de uso		6.538	6.082				
(Depreciações acumuladas)		(468)	(379)				
Intangível	8	21.948	19.464				
Ativos intangíveis		31.596	26.564				
(Amortizações acumuladas)		(9.648)	(7.100)				
Total do ativo		3.005.855	2.419.560	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.005.855	2.419.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
Demonstração do Resultado
Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Lucro Líquido por Ação

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira		281.873	227.998
Rendas de operações de créditos	6e	228.082	167.130
Operações de arrendamento mercantil	6k	40.481	48.383
Resultado de aplicações interfinanceira de liquidez		1.618	-
Resultado das operações com títulos e valores mobiliários	5c	11.692	12.485
Despesas da Intermediação Financeira		(178.815)	(149.788)
Operações de captação no mercado		(150.662)	(116.623)
Operações de arrendamento mercantil	6k	(28.153)	(33.165)
Resultado da Intermediação Financeira		103.058	78.210
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(27.452)	(25.447)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil		(27.452)	(25.447)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(58.745)	(50.023)
Receitas de prestação de serviços	14	7.903	8.427
(Despesas) de pessoal	15	(23.654)	(15.034)
Outras (despesas) administrativas	16	(28.859)	(34.139)
(Despesas) tributárias	17	(8.676)	(8.542)
Outras receitas operacionais	18	8.546	5.033
Outras (despesas) operacionais	19	(14.005)	(5.768)
Resultado Operacional		16.861	2.740
Resultado Não Operacional		(15.677)	(3.262)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		1.184	(522)
Tributos e participações sobre o resultado		5.066	(1.140)
Imposto de renda e Contribuição social	20a	7.088	1.380
Participações sobre o resultado		(2.022)	(2.520)
(Prejuízo) do Semestre		6.250	(1.662)
Número de Ações do Capital Social		311.500.000	250.000.000
(Prejuízo) por Ação em Circulação - (Expresso em Reais-R\$)		0,020	-0,007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado Abrangente
Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e em 30 de junho de 2025

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	30/06/2026	30/06/2025
(Prejuízo) do semestre	6.250	(1.662)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	6.250	(1.662)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e em 30 de junho de 2025

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Estatutárias	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		250.000	1.110	3.410	-	254.520
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº4.966/21					(16.580)	(16.580)
Em 1º de janeiro de 2025		250.000	1.110	3.410	(16.580)	237.940
Lucro do exercício					3.915	3.915
Aumento de capital aprovado pelo Banco Central em 14/10/2025		11.500				11.500
Destinações:						
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	(1.662)	1.662	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		261.500	1.110	1.748	(11.003)	253.355
Saldos em 30 de junho de 2025		250.000	1.110	1.748	(16.580)	236.278
Lucro do 2º semestre de 2025					5.577	5.577
Aumento de capital aprovado pelo Banco Central em 14/10/2025		11.500				11.500
Saldos em 31 de dezembro de 2025		261.500	1.110	1.748	(11.003)	253.355
Lucro do 1º semestre de 2026					6.250	6.250
Aumento de capital aprovado pelo Banco Central em 21/05/2026	13a	25.000				25.000
Aumento de capital aprovado pelo Banco Central em 16/07/2026	13a	25.000				25.000
Absorção da Reserva de Lucros - Estatutárias				(1.748)	1.748	
Saldos em 30 de junho de 2026		311.500	1.110	-	(3.005)	309.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e em 30 de junho de 2025

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Atividades Operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido		1.184	(522)
Ajustes para conciliar o resultado com o lucro ajustado		227.736	176.789
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6h	27.452	25.447
Depreciações amortização de bens arrendados, Líquido da superveniência		39.798	32.414
Amortizações	19	2.636	1.576
Imposto de renda e contribuição social corrente		(8.188)	(3.642)
Ativo Fiscal Diferido		15.276	4.391
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários		100	(20)
Despesas de operações de captação no mercado	10a e b	150.662	116.623
Lucro ajustado		228.920	176.267
(Aumento) nos ativos operacionais		(583.319)	(258.288)
Títulos e valores mobiliários		(30.877)	(6.380)
Operações de crédito		(505.902)	(286.520)
Operações de arrendamento mercantil		(1.012)	(38.174)
Outros Ativos		(22.345)	93.468
Créditos Tributários		(23.184)	(20.682)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		314.615	57.631
Depósitos		289.965	74.142
Outras obrigações		33.879	(13.500)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pago		(9.229)	(3.011)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais		(39.784)	(24.390)
Atividades de Investimento			
Aquisição / baixa de imobilizado de uso e intangível		(215)	(4.209)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		(215)	(4.209)
Atividades de Financiamento			
Aumento de capital social	13a	50.000	-
Aumento de recursos de emissão de títulos	10d	64.767	(963)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		114.767	(963)
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		74.767	(29.562)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre		69.027	124.596
No fim do semestre	4	143.794	95.034
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		74.767	(29.562)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. “Companhia” sediada à rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, no Itaim Bibi – São Paulo, CEP 04530-001, é uma sociedade anônima de capital fechado e está autorizado a operar como banco múltiplo que tem por objeto social a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica.

Atualmente o Banco Brasileiro de Crédito S.A. é controlado pela BBC Holding Financeira Ltda. detentora de 100% do capital social, cuja a controladora final é a SIMPAR S.A.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 28 de agosto de 2026.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Seguindo as referidas normas, em especial a Resolução no. 4.818/20, a Companhia optou por apresentar os ativos e passivos por ordem de liquidez e a segregação entre Circulante e Não Circulante está apresentada nas notas explicativas (nota 23).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco Brasileiro de Crédito S.A.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras no país, incluídos na rubrica de disponibilidades, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações prefixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Instrumentos Financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias:

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 não havia instrumentos financeiros nesta categoria.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação contábil em cada uma das categorias de depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Para determinar o modelo de negócios, a Companhia avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste “SPPJ” a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

Hierarquia do valor justo

Para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo, são aplicadas técnicas de avaliação de acordo com três níveis de hierarquia:

Instrumentos Financeiros - Nível 1: Valor justo baseado em dados observáveis de preços cotados para instrumentos idênticos no mercado ativo. O mercado ativo consiste em transações de ativos e passivos financeiros negociados frequentemente para fornecer informações de apuração continuamente.

Instrumentos Financeiros - Nível 2: Valor justo baseado em dados não observáveis direta ou indiretamente, podendo ser: (i) preços cotados de instrumentos financeiros semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados de instrumentos financeiros que não são ativos, ou seja, em que não há uma continuidade de preços correntes, que podem variar ao longo do tempo ou cujas informações são avaliadas pelo mercado de balcão; (iii) informações em que os preços são formados a partir de premissas divulgadas no mercado, como taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis, volatilidades, entre outros dados similares.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Instrumentos Financeiros - Nível 3: Valor justo baseado em dados não observáveis cuja avaliação é realizada com utilização de modelos e técnicas internas.

Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, não havia instrumentos financeiros mensurados a valor justo nos níveis 2 e 3.

Reclassificação dos instrumentos financeiros

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, em 1º de janeiro de 2025, a Companhia reclassificou os títulos e valores mobiliários registrados até 31 de dezembro de 2024 na Categoria de Títulos Para Negociação para a nova categoria contábil de Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os demais Instrumentos Financeiros estão classificados como Custo Amortizado. Os ajustes foram realizados com base no modelo de negócios e nas características dos fluxos de caixa dos ativos.

Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

d) Operações de crédito e de Arrendamento Mercantil

As operações de crédito são registradas a valor presente calculado “pro-rata-dia” com base na taxa de juros contratual, até 90 dias de atraso (nota 6a).

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN (nota 6b).

Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil (nota 6b);

De acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (nota 6b).

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento a Resolução BCB nº. 2, as operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber dos contratos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

No cálculo do valor presente é utilizada a taxa interna de retorno dos correspondentes contratos.

e) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito para operações de crédito e de arrendamento mercantil

A Companhia integra o segmento prudencial “S4”, portanto a metodologia de apuração de provisionamento de perda associada ao risco de crédito adotada é a simplificada.

Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas, perdas incorridas e provisões adicionais associadas ao risco de crédito, no 1º semestre de 2025, a Companhia seguiu com os critérios de que tratam a Resolução CMN 4.966/21 e a Resolução BCB 352/23, com segregação da sua carteira de ativos financeiros, entre C2 (Financiamento de Veículos leves e Pesados, Empréstimos com Garantia de Veículos e Arrendamento Mercantil), C4 e C5 (demais operações de crédito e características de operações de crédito). Para fins de reconhecimento de prejuízo, consideram-se os contratos da carteira C2 que excederem 750 dias de atraso e os contratos das demais carteiras que ultrapassarem 540 dias de atraso.

Ativos financeiros com problema de risco de recuperação

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando: (i) Atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos; e/ou, (ii) Recuperação judicial ou extrajudicial do cliente para Pessoas Jurídicas.

O ativo somente pode deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito no caso de:

- I - Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- II - Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos, no mínimo 3 meses consecutivos, para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações.
- III - Cumprimento das demais obrigações contratuais, no mínimo 3 meses consecutivos para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e,
- IV- Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Stop Accrual

Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redução do valor recuperável caso (i) houver atraso superior a 90 dias no pagamento ou (ii) exista evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (“evento de perda”), esse evento (ou eventos) de perda impactam os fluxos de caixa futuros estimados da operação, e a perda pode ser confiavelmente estimada.

Nesse sentido, em relação às operações nesta situação, as receitas de juros em que a Companhia estima não receber deixam de ser apropriadas (*stop accrual*). A retomada do reconhecimento de receitas ocorrerá mediante evidências concretas da melhora na capacidade de pagamentos, conforme definido em política interna.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Arrasto

Aplicado o efeito de arrasto para fins de avaliação do risco agregado do cliente para a faixa que esteja mais penalizada, caso pelo menos um desses instrumentos seja alocado nesta faixa. Esta ação é aplicada aos ativos problemáticos em que a reclassificação dos demais instrumentos da mesma contraparte será “arrastada” a faixa mais elevada de risco.

Operações que estejam adimplentes poderão ser reclassificadas com base no comportamento de outros contratos do mesmo tomador, especialmente quando:

- I. Um ou mais contratos apresentarem inadimplência significativa;
- II. Houver histórico de reestruturação;
- III. Existirem indícios de degradação da capacidade de pagamento global.

f) Imobilizado de uso e de arrendamento

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

ii) Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%.

Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência / superveniência de depreciação (notas 6b, 6j).

iii) Perdas em arrendamento

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens (nota 6b).

g) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

h) Outros Ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a créditos de imposto de renda e contribuição social pagos antecipadamente e não compensadas no próprio exercício.

Neste grupo também estão registradas as despesas antecipadas que representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência.

Outros devedores diversos são custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, dos quais gerarão receitas em períodos futuros. E serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Companhia ou quando não forem mais esperados benefícios futuros,

Os bens não de uso recebidos em dação de pagamento pelo custo e ajustado por provisão para perdas quando necessário.

A composição dos outros ativos encontra-se na (nota 9).

i) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal.

A provisão para IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para CSLL foi constituída à alíquota de 20%, vigente em 30 de junho de 2026.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*.

k) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i) Depósitos interfinanceiros e a prazo

São captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras.

ii) Outros depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos.

iii) Letras Financeiras

As Letras Financeiras emitidas pela Companhia são registradas inicialmente pelo valor de captação, acrescido dos encargos incorridos e atualizadas, quando aplicável, pelos respectivos indexadores e juros contratuais. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado, com as despesas financeiras apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, em observância ao regime de competência.

l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

i - Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- **Passivos Contingentes** - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

ii - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo.

Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

m) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base “*pro rata*” dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base “*pro rata*” dia.

n) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações financeiras.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisão necessária para absorver eventuais riscos decorrentes de ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

p) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em: (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

q) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente refere-se ao resultado que esteja relacionado com as atividades da companhia e que não esteja previsto para ocorrer frequentemente nos exercícios futuros, resultado recorrente refere-se à atividade da companhia e tem a previsibilidade que ocorrerá com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão descritos na nota 24a.

4. DISPONIBILIDADES E CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	6.070	9.360
Créditos Vinculados	115.806	39.153
- Aplicações em depósitos voluntários (Bacen) (a)	115.806	39.153
Aplicações em depósitos interfinanceiros (b)	21.918	20.514
Total de caixa e equivalente de caixa	143.794	69.027

(a) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais, ou inferior a 90 dias e que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Operações, iniciadas em outubro de 2025. cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais, ou inferior a 90 dias e que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Resultado das aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.618	-
Total	1.618	-

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

Mensurados ao Valor justo no resultado

Nível 1	30/06/2026	31/12/2025
Letras financeiras do tesouro – LFT (a)	108.991	78.114
Total	108.991	78.114

(a) Vencimento do papel em 01 de março de 2028, remunerada pela taxa SELIC + 0,14%.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários (Letras financeiras do tesouro)

	30/06/2026	31/12/2025
Valor de custo	108.891	78.030
Ajuste a mercado refletido no resultado (a)	100	84
Saldo Contábil	108.991	78.114

- (a) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA").

c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de títulos de renda fixa (1)	6.235	6.400
Rendas de depósitos Voluntários (Bacen) (2)	5.457	6.085
Total	11.692	12.485

- (1) Representadas por aplicação em Letras do Financeiras do Tesouro – LFT.
(2) Aplicação em depósitos voluntários junto ao BACEN, com remuneração diária.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de operações de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Financiamento de veículos	2.300.958	1.878.553
Capital de Giro	3.155	6.539
Crédito Pessoal	6.260	6.656
Valor presente das operações de crédito	2.310.373	1.891.748

- b) As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

I - Composição da carteira de arrendamento mercantil

	30/06/2026	31/12/2025
Arrendamentos a receber – setor privado	114.911	149.655
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(111.307)	(148.501)
Imobilizado de arrendamento (nota 6j)	231.919	282.877
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(63.209)	(64.661)
- Depreciações acumuladas (nota 6j)	(170.508)	(183.605)
- Superveniência de depreciação (nota 6j)	107.299	118.944
(-) Valor residual garantido antecipado	(55.950)	(65.027)
(+) Perdas em arrendamento (nota 6j)	450	1.257
Valor presente das operações de arrendamento mercantil (*)	116.814	155.600

(*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, calculado conforme Circular Bacen nº 1.429/1989.

c) Títulos e créditos a receber

Referem-se a operações de título a receber, como antecipação de recebíveis, com características de concessão de créditos, sem coobrigação, com os seguintes vencimentos:

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer até 30 dias	3.450	66.115
A vencer de 31 a 90 dias	52.768	90.453
A vencer de 91 a 180 dias	49.203	3.730
A vencer de 181 a 360 dias	80.168	6.846
A vencer acima de 360 dias	68.483	334
Total	254.072	167.478

d) Composição da carteira por classificação de risco

30/06/2026		
Classificação	Carteira de crédito	Provisão
C2	2.422.239	(139.922)
C4	3.156	(289)
C5	255.865	(5.435)
Total	2.681.260	(145.646)

31/12/2025		
Classificação	Carteira de crédito	Provisão
C2	2.039.964	(114.036)
C4	6.539	(630)
C5	168.323	(3.528)
Total	2.214.826	(118.194)



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

e) Resultado das operações de Crédito

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de financiamentos	217.393	145.320
Rendas de títulos descontados	9.413	20.471
Rendas de empréstimos e capital de giro	1.276	1.339
Total	228.082	167.130

f) Composição da carteira de operações de crédito, por vencimento

	30/06/2026	%	31/12/2025	%
Créditos vencidos	76.640	3%	56.315	3%
Créditos a vencer até 30 dias	96.997	4%	142.229	6%
Créditos a vencer de 31 a 60 dias	125.275	5%	132.406	6%
Créditos a vencer de 61 a 90 dias	109.452	4%	124.436	6%
Créditos a vencer de 91 a 180 dias	306.889	11%	226.755	10%
Créditos a vencer de 181 a 360 dias	526.015	20%	400.973	18%
Créditos a vencer acima de 361 dias	1.439.992	53%	1.131.712	51%
Total	2.681.260	100%	2.214.826	100%

g) Composição da carteira por setor econômico e por concentração

Por setor econômico

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado	1.067.812	39,8%	918.817	41,5%
Serviços	834.712	31,1%	504.909	22,8%
Transportes terrestres	371.316	13,8%	393.894	17,8%
Alugueis não imobiliários	165.926	6,2%	19.526	0,9%
Serviços da construção	127.836	4,8%	45.562	2,1%
Demais serviços	169.633	6,3%	45.927	2,1%
Indústria	90.169	3,4%	18.473	0,8%
Fabricação de Produtos Alimentícios	22.792	0,9%	2.306	0,1%
Fabricação de Produtos de Metal	2.648	0,1%	121	0,0%
Outros	64.729	2,4%	16.046	0,7%
Comércio	133.016	5,0%	52.145	2,4%
Comércio atacadista	66.407	2,5%	13.180	0,6%
Comércio varejista	42.228	1,6%	38.223	1,7%
Comércio de veículos	24.382	0,9%	742	0,0%
Outros	9.916	0,4%	343.290	15,5%
Agricultura, pecuária, pesca e outros	9.916	0,4%	343.290	15,5%
Pessoa física	1.613.448	60,2%	1.296.009	58,5%
Total	2.681.260	100%	2.214.826	100%



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Por concentração:

Descrição	30/06/2026	%	31/12/2025	%
10 maiores clientes	119.560	4%	116.361	5%
50 seguintes maiores clientes	237.966	9%	256.850	12%
100 seguintes maiores clientes	180.064	7%	196.345	9%
Demais clientes	2.143.671	80%	1.645.270	74%
Total	2.681.260	100%	2.214.826	100%

h) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do período	118.194	56.159
Ajuste de transição Res. 4.966/352 - constituição de provisão (a)	-	30.469
(+) Constituição / (-) Reversões / Baixas para prejuízo	27.452	31.566
Saldo no final do período	145.646	118.194

- (a) O ajuste da transição da Res.4.966/352 foi efetuado a partir de 01 de janeiro de 2025, conforme previsto pela referida Resolução, sendo que, até 31 de dezembro de 2024, a provisão era calculada e mensurada conforme requerido pela Res. CMN 2.682.

i) Recuperação e renegociação de créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2026, houve recuperação de crédito no montante de R\$ 5.103 (R\$ 3.471 no semestre findo em 30 de junho de 2025). No 1º semestre de 2026, foram renegociadas 39 operações no montante de 17.662 (R\$ 4.997 no 1º semestre de 2025), sendo que, deste montante, R\$ 12.847 foram com prorrogação de 90 dias (R\$ 3.448 no 1º semestre de 2025).

j) Imobilizado de Arrendamento

	30/06/2026	31/12/2025
Veículos e Afins	208.261	258.325
Máquinas e Equipamentos	23.658	24.552
Depreciação Acumulada	(170.508)	(183.605)
Superveniência de Depreciação	107.299	118.944
Perdas em Arrendamento	450	1.257
Total do imobilizado de arrendamento	169.160	219.473



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

k) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas	40.481	48.383
Rendas de arrendamento mercantil		
(Insuficiência)/ Superveniência de depreciação	52.126	47.632
Resultado na alienação de arrendamento	(11.645)	751
Despesas	(28.153)	(33.165)
Despesas de arrendamento mercantil	(28.153)	(33.165)
Total	12.328	15.218

7) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	10%	566	(155)	440
Equipamentos de processamento de dados	20%	687	(313)	435
Terrenos	-	5.285	-	5.285
Total em 30/06/2026	-	6.538	(468)	6.070
Total em 31/12/2025	-	6.081	(378)	5.703

8) INTANGÍVEL

	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização
Software	20%	31.596	(9.648)	21.948
Total em 30/06/2025		31.596	(9.648)	21.948
Total em 31/12/2025		26.565	(7.101)	19.464

9) OUTROS ATIVOS

	30/06/2026	31/12/2025
Outros valores e bens	58.898	51.460
Devedores diversos	14.220	6.790
Adiantamento ao FGC	11.378	
Impostos e contribuições a compensar	3.260	7.997
Valores a receber de partes relacionadas	3.364	
Outros	900	3.428
Total	92.020	69.675



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

10) DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos Interfinanceiros

Vencimentos	30/06/2026	31/12/2025
01 a 30 dias	95.485	37.215
31 a 180 dias	-	59.755
Total	95.485	96.970

As despesas com captação de depósitos interfinanceiros – CDI, no semestre findo em 30 de junho de 2026 montaram em R\$ 5.214 (R\$ 4.133 em 30 de junho de 2025).

b) Depósitos a prazo

Vencimentos	30/06/2026	31/12/2025
01 a 30 dias	63.307	73.486
31 a 180 dias	321.247	509.916
181 a 360 dias	786.929	304.025
Acima de 360 dias	1.280.533	1.122.578
Subtotal	2.452.016	2.010.005

As taxas pós-fixadas variam de 95% a 109% do DI, já as taxas pré-fixadas variam de 10,4% a 15,9%. As despesas com captação de certificado de depósitos bancários – CDB, no semestre findo em 30 de junho de 2026 foram de R\$ 145.448 (R\$ 111.260 em 30 de junho de 2025).

c) Outros depósitos

Refere-se, basicamente, aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, na condição de emissor de moeda eletrônica.

	30/06/2026	31/12/2025
Outros depósitos		
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	6.110	5.958
Demais Instrumentos de dívida	-	50
Total	6.110	6.008

d) Obrigações por emissões de Letras Financeiras

Vencimentos	30/06/2026	31/12/2025
01 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	64.767	-
Subtotal	64.767	-

Para as Letras Financeiras, as taxas pós-fixadas variam de 105% a 109% do DI, já as taxas pré-fixadas variam de 13,8% a 15,4%.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- **Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia.
- **Passivos contingentes prováveis e obrigações legais** – O desenvolvimento das atividades normais da Companhia pode acarretar contingências decorrentes de processos judiciais de natureza cível, trabalhistas e fiscal. Na constituição das provisões a administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, nos casos em que a perda for avaliada como provável. Em 30 de junho de 2026, o saldo de provisão para contingências era de R\$ (288) considerando os processos de natureza cível, trabalhistas e fiscal ((R\$ 118) em 31 de dezembro de 2025).
- **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos onde a Companhia figura como “ré”. As ações cíveis referem-se, principalmente, aos pedidos de indenizações por danos morais e materiais, que, em 30 de junho de 2026 totalizavam R\$ (179) e em 31 de dezembro de 2025, totalizavam R\$ (63). Para as ações tributárias, aquelas classificadas como perdas possíveis totalizaram o montante de R\$ 1.012 em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ (994). As ações trabalhistas totalizavam, em 30 de junho de 2026 o valor de R\$ (561) e em 31 de dezembro de 2025, o montante era de R\$ (979).

12) OUTROS PASSIVOS

	30/06/2026	31/12/2025
Fiscais e previdenciárias	4.313	13.189
Provisão para pagamento a efetuar	6.460	7.441
Credores diversos (*)	26.484	1.957
Outros	2.245	1.611
Total	39.502	24.198

(*) Em 30 de junho de 2026, composto principalmente por valores a pagar para partes relacionadas (R\$ 19.236), realizadas em condições de mercado e condizentes com as operações da Companhia.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Durante o 1º semestre de 2026, ocorreram 2 aumentos de capital nos valores de R\$ 25.000 cada, totalizando R\$ 50.000, aprovado pelo Banco Central do Brasil em 21 de maio e 16 de julho de 2026, respectivamente.

Portanto, o capital social em 30 de junho de 2026 era de R\$ 311.500 dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Reservas de Lucros

	30/06/2026	31/12/2025
Reserva Legal (1)	1.110	1.110
Reservas estatutárias (2)	1.748	1.748
Reservas de lucros	2.858	2.858

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo limitado a 95% do capital social integralizado.

14) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de tarifas de crédito	7.132	6.848
Rendas com comissão de seguros	771	1.579
Total	7.903	8.427

15) DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2026	30/06/2025
Proventos	(16.384)	(10.116)
Encargos sociais	(4.639)	(3.404)
Benefícios	(2.602)	(1.414)
Treinamentos	(29)	(100)
Total	(23.654)	(15.034)

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2026	30/06/2025
Serviços de terceiros e processamento de dados	(14.759)	(25.292)
Serviços técnicos especializados	(7.928)	(2.096)
Despesas com reembolso de partes relacionadas	(1.853)	(1.856)
Despesas com serviços de gravame	(1.174)	(687)
Honorários da diretoria (22b)	(1.013)	(1.787)
Aluguéis	(823)	(721)
Despesas com serviços financeiros	(320)	(550)
Comunicações, Propaganda e Publicidade	(213)	(289)
Outras	(776)	(861)
Total	(28.859)	(34.139)



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2026	30/06/2025
Cofins	(5.698)	(3.786)
Pis	(926)	(615)
ISS (*)	(2.052)	(4.141)
Total	(8.676)	(8.542)

(*) Em janeiro de 2025, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura municipal de São Paulo, referente a tributação de ISS para o Valor Residual Garantido (VRG) dos contratos de arrendamento mercantil, para os períodos de 2018 a 2023, totalizando R\$ (2.815).

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2026	30/06/2025
Recuperação de prejuízo	5.103	3.471
Outras rendas operacionais (a)	3.443	1.562
Total	8.546	5.033

(a) Refere-se, principalmente, as receitas de operações com característica de concessão de crédito.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com bens recuperados	(8.743)	(3.504)
Descontos concedidos	(954)	(536)
Depreciação e amortização	(2.636)	(1.576)
Operações baixadas para prejuízo	(1.655)	-
Outras despesas	(17)	(152)
Total	(14.005)	(5.768)

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, cuja apuração a seguir é demonstrada:

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.184	(522)
▪ Alíquota vigente (nota 3j)	45%	45%
▪ Imposto de renda e Contribuição apurada	533	235
▪ Outros efeitos do IRPJ e da CSLL	6.555	1.145
Total de IR e CS	7.088	1.380



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

Crédito Tributário (Ativo Diferido)	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2026
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	56.911	26.625	(14.563)	68.973
Demais Provisões (BNDU e bonificação)	6.933	3.781	(3.542)	7.172
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	63.844	30.406	(18.105)	76.146
Prejuízo fiscal sobre superveniência de depreciação (*)	17.101	15.281	(11.110)	21.272
Total dos créditos tributários (A)	80.945	45.687	(29.215)	97.418
Obrigações fiscais diferidas – superveniência de depreciação (**)	(29.895)	(8.473)	38	(38.330)
Obrigações diferidas – MTM	871	-	(912)	(40)
Total – Obrigações fiscais diferidas (Passivo) (B)	(29.024)	(8.473)	(874)	(38.370)
Crédito tributário líquidos das obrigações fiscais diferidas (A) + (B)	51.921	37.214	(30.089)	59.048

(*) Conforme § 1º do Art. 5º da Resolução CMN nº 4.842/20, os créditos tributários originados de prejuízo fiscal ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 21.272 (R\$ 17.101 em 31 de dezembro de 2025), foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas.

(**) As obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A projeção de realização do crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

Crédito Tributário sobre diferenças temporárias			
	Imposto de Renda	Contribuição social	Total 30/06/2026
▪ 2026	17.457	13.716	31.174
▪ 2027	10.911	8.573	19.484
▪ 2028	6.546	5.144	11.690
▪ 2029	4.364	3.429	7.793
▪ 2030	15.275	12.002	27.277
Total	54.554	42.864	97.418

Em 30 de junho de 2026, o valor presente dos créditos tributários de diferença temporárias, foi calculado de acordo com a taxa média das captações, no montante de R\$ 73.394 (R\$ 57.632 em 31 de dezembro de 2025).



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. Em 30 de junho de 2026, a Companhia não possui controladas, sendo que o seu controlador final é a SIMPAR. As naturezas dessas transações são compostas por:

• **Títulos e Valores Mobiliários / Aplicações financeiras:** São títulos financeiros, como Certificado de Depósitos Bancários adquiridos pelas entidades BBC Holding Financeira, BBC Pagamentos e na BBC Administradora de Consórcios Ltda no Banco BBC (entidade emissora dos CDBs).

• **Receitas Financeiras:** São as receitas dos Certificado de Depósitos Bancários aplicado pelas entidades BBC Holding Financeira, BBC Pagamentos e na BBC Administradora de Consórcios Ltda.

• **Partes relacionadas a receber e a pagar (contas a receber e a pagar – Contas Patrimoniais):** Referem-se aos saldos de transações relacionados as operações da Companhia e outras controladas do Grupo Simpar em condições de mercado, dentre essas entidades destacam-se: Movida Locação de Veículos S.A., Automob S/A, Original Veículos Ltda., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., JSL S.A. e SIMPAR S/A.

• **Comissões a Pagar e Outras receitas / (despesas operacionais):** Compostas, substancialmente, pelas comissões pagas para as empresas do Grupo SIMPAR S/A. pelo serviço prestado, por valores equivalentes de mercado, cujas precificações variam de acordo com as características dos veículos, data da contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento.

• **Rateio de despesas administrativas (reembolso de partes relacionadas):** Referem-se as despesas administrativas que são rateadas pelo Controlador final (SIMPAR S/A.) e são repassadas para as controladas. As naturezas dessas despesas são diversas como: TI Infraestrutura, Jurídico / Compliance / Diretoria Corporativos, Marketing Corporativo, *Facilities*, dentre outros.

	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Natureza	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Partes Relacionadas a Pagar	(19.236)	(4.880)	-	-
Partes Relacionadas a Receber	3.364	2.370	-	-
Títulos, Valores Mobiliários e Aplicações Financeiras	(16.818)	(6.086)	(228)	(368)
Comissões a Pagar (*) e Outras receitas / (despesas operacionais)	-	-	(7.225)	(10.057)
Rateio de despesas administrativas (reembolso de partes relacionadas)	-	-	(1.853)	(1.856)

(*) Para a apuração da taxa de juros efetiva, a partir do 2º semestre de 2025, descrita no capítulo II da Resolução BCB nº 352/23, o Banco BBC optou pela utilização da metodologia diferenciada, disposta no Art. 75 da Resolução mencionada, considerando a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originiação ou na emissão do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. O efeito ocorreu, principalmente, no resultado (comissões a pagar).



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 1.013 (R\$ 1.787 em 30 de junho de 2025).

c) Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego, tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O gerenciamento de riscos é considerado um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando obter a segurança necessária para a manutenção e continuidade dos negócios da Companhia.

A gestão de riscos é efetuada por meio de políticas internas, onde visam definir princípios, diretrizes e responsabilidades no monitoramento dos diversos riscos inerentes às operações e processos, sendo divididos em mercado, liquidez, crédito, operacional e gestão de capital, alinhados com a estratégia de negócios. Além de políticas, esses riscos possuem os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito e Comitê de Ativos e Passivos, onde é observado suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de riscos, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos que se reporta diretamente ao Diretor Presidente, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

O Banco BBC realiza sua gestão de risco através do conceito das três linhas e mantém um conjunto de procedimentos alinhados às melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais e regulamentares, além das políticas internas.

O gerenciamento de riscos é considerado estratégico pela característica dos produtos e ativos das operações de arrendamento mercantil e operações de crédito direto ao consumidor, impondo as condições de mercado constantes necessidades de aprimoramento. A Companhia exerce o controle dos riscos desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para gerenciamento dos riscos que também estão associados a gestão de continuidade.

Os níveis de apetite de riscos são documentados na Declaração de Apetite de Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*) e, as estruturas de gerenciamento estão divulgadas de diretório de acesso público no sítio do BBC Digital, que podem ser consultadas no site <http://www.bancobbcdigital.com.br> Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos.

a. Risco de Crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

As exposições ao risco de crédito são monitoradas de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, o acompanhamento e avaliação de sua composição, a concentração e sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e evolução, além dos níveis de atraso, renegociações e recuperações.

Todos os limites estabelecidos são comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. A Companhia concentra a governança do risco de crédito mensalmente através do Comitê de Crédito e Cobrança. Para assegurar a independência necessária para a sua atuação, esse comitê possui a participação do corpo diretivo colegiado, os representantes das áreas de Riscos, Compliance, Crédito e Cobrança e tem como principais pautas as seguintes premissas: (a) analisar o perfil de cada carteira de crédito; (b) acompanhar limites de concentração; (c) definir metodologias de cálculo e testes de estresse; (d) alinhar métricas de apuração de risco; (e) alinhar estratégia entre as áreas voltadas ao risco de crédito; (f) garantir fóruns de discussões técnicas nas alterações relevantes de políticas, modelo de crédito e estratégias; (g) acompanhar o desempenho da carteira; (h) acompanhar modelos utilizados e seus fatores decisórios; (i) acompanhar critérios utilizados nos testes de estresse e resultados obtidos; (j) acompanhar e monitorar, quando aplicável, casos de parcelas não pagas e quantidade de dias com contratos vencidos; (k) acompanhar processos que estão em recuperação de crédito; (l) acompanhar indicadores de inadimplência; (m) monitorar renegociações.

Para a concessão de crédito, o Banco BBC visa obter o maior volume de informações sobre o cliente e seu negócio (em casos de pessoa jurídica), onde se norteia em avaliar a capacidade de cumprimento de suas obrigações, assumidas pelo cliente. Estes insumos atrelados ao enquadramento do cliente às políticas de crédito, subsidiam a tomada de decisão final.

O risco de crédito é iniciado no momento em que a operação é aprovada e, seu monitoramento é contínuo e realizado pelo modelo interno da Companhia, onde visa mensurar e detectar alterações no risco do cliente. O monitoramento contínuo envolve entre outras premissas a análise dos clientes e suas garantias atreladas, níveis de concentração e indicadores de inadimplência. Este modelo envolve a classificação individualizada por cliente e seus percentuais de provisão de perda são calculados por meio do uso do método de rolagem com base no(s) contrato(s) de maior nível de provisão.

É assegurado nestes procedimentos que todas as operações de crédito aprovadas estejam respaldadas com suas devidas garantias e corretamente analisadas e formalizadas, de maneira tal que seja viável a execução, se necessário. Para isto, no processo de aceite de proposta há análises de cada garantia no intuito de eliminar possíveis fraudes. As garantias mínimas exigidas são definidas durante o processo de aprovação e sua aplicação é garantida de forma sistêmica.

A periodicidade do acompanhamento de garantia pode variar conforme sua característica. A saber:



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

- (i) Veículos: análise e acompanhamento mensal do valor justo;
- (ii) Outros casos, como máquinas: avaliação na efetivação da operação, ou quando houver sinais de deterioração do cliente e/ou da operação.

Os bens recebidos a processos de consolidação de dívidas, referente a operações de créditos baixadas do ativo, são integralmente provisionados.

Conforme estabelecido pela IFRS 9, o Banco adotou o modelo de metodologia simplificada para a classificação de suas operações com vigência a partir do primeiro dia de janeiro de 2025, onde classificará suas operações de crédito como perda esperada até 90 dias de atraso. Em casos em que o contrato estiver acima de 90 dias de atraso, o cliente e suas operações serão arrastadas para provisão de perda esperada, elevando seus respectivos percentuais de provisão.

b. Risco de Mercado e do IRRBB

Define-se como risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos. À esta definição se inclui os riscos de variação de taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos de classificação na carteira de negociação; e os riscos da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Deve-se prever, adicionalmente, para o risco de mercado e para o IRRBB, sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos, documentação adequada das reclassificações de instrumentos entre a carteira de negociação e a carteira bancária e das transferências internas de riscos, observados os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

O gerenciamento envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em carteira de negociação ou bancária, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais.

O monitoramento sobre a possibilidade de perda financeira decorrente de oscilações de preços e taxas de instrumentos financeiros, visto que existe a possibilidade de descasamento de prazos, moedas e indexadores nas realizações de suas operações é realizado periodicamente.

A análise de sensibilidade é um processo pelo qual são estimadas as oscilações que podem ocorrer quando aplicados choques predeterminados nos fatores de risco. Tal método tem como finalidade simular os efeitos no resultado diante de eventuais cenários.

Abaixo, demonstramos o impacto em 30 de junho de 2026, sendo aplicado 4 (quatro) cenários com a alta da taxa de juros.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Análise de sensibilidade

30 de junho de 2026				
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Carteira	+25 bps	+50 bps	+75 bps	+100 bps
<i>Banking</i>	(938)	(1.875)	(2.813)	(3.750)
Total	(938)	(1.875)	(2.813)	(3.750)

- Cenário 1: + 25bps (0,25% a.a.) na taxa de juros;
- Cenário 2: + 50bps (0,50% a.a.) na taxa de juros;
- Cenário 3: + 75bps (0,75% a.a.) na taxa de juros;
- Cenário 4: + 100bps (1,0% a.a.) na taxa de juros.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam nossas posições ativas e passivas.

c. Risco Operacional

A gestão de risco operacional possui metodologia específica para identificação, avaliação, monitoramento, controle e definição do tratamento adequado do risco. É utilizado recursos de tecnologias desenvolvidas internamente para comunicação de incidentes de cunho operacional, possibilitando assim que o gestor de cada área acompanhe os eventos ocorridos. A área de ocorrência também é encarregada, juntamente com os representantes da 2ª Linha, da avaliação da cadeia de valor, ao assegurar boas práticas de Governança.

O gerenciamento de risco operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades no gerenciamento do risco operacional. Este método de controle permite a atuação preventiva e corretiva, onde mitiga novos eventos de mesma origem e reincidência de falhas.

d. Risco de Liquidez

Define-se risco de liquidez a possibilidade de não ser capaz de honrar eficientemente obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; além da possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

São adotadas medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma política de gerenciamento de caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, fluxo de caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos.

Os controles elaborados visa identificar os possíveis impactos no caixa dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez (testes de estresse). Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos quanto fatores externos. O caixa é gerenciado de forma centralizada pela área da Tesouraria, o monitoramento é realizado



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

pela área de Riscos e pelo Comitê de Ativos e Passivos, com periodicidade mínima mensal, tendo como objetivo definir as estratégias de liquidez a serem seguidas, além de ferramentas como o Plano de Contingência de Liquidez, a Reserva Mínima de Liquidez, o controle de esgotamento de caixa, avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e a aplicação dos cenários de estresse nas condições de liquidez.

e. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle para adequar o volume das operações e aos riscos que a Companhia está sujeita.

Sua estrutura é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, com observação das seguintes diretrizes:

- Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos e objetivos estratégicos estabelecidos;
- Adotar postura prospectiva, na antecipação de necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares, legais e de mercado;
- Manter colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica e financiar as oportunidades de crescimento;
- Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores;
- Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a área de Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos.

(R\$ milhares)

30 de junho de 2026

Patrimônio de Referência (PR)	260.002
--------------------------------------	----------------

Ativos ponderados pelo Risco

Risco de crédito	2.179.957
Risco de mercado	0
Risco operacional	119.481
RWA Total	2.299.437

Índice de Basileia	11,31%
---------------------------	---------------

No semestre findo em 30 de junho de 2026, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil (acima de 10,5%).



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

23) SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os ativos e passivos são classificados no circulante quando realizáveis em até doze meses subsequentes ao balanço e são classificados em não circulante quando os vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após doze meses da data do balanço.

Os créditos tributários estão classificados em Não Circulante, independentemente do prazo de realização.

A segregação do Balanço Patrimonial entre circulante e não circulante está demonstrado a seguir conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020.

	Circulante	Não-circulante	Total
ATIVO			
Disponibilidades	121.876	-	121.876
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.918	-	21.918
Titulos e Valores Mobiliários	-	108.991	108.991
Operações de créditos e Operações com Características de Concessão de Crédito	1.239.290	1.325.155	2.564.444
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(64.090)	(68.590)	(132.680)
Operações de Arrendamento Mercantil	63.542	53.272	116.814
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(7.085)	(5.881)	(12.966)
Créditos Tributários	-	97.418	97.418
Outros Créditos	92.020	-	92.020
Imobilizado de uso	-	6.070	6.070
Intangível	-	21.948	21.948
Total em 30 de junho de 2026	1.467.471	1.538.383	3.005.855
PASSIVO			
Depositos e Demais Instrumentos Financeiros	1.297.578	1.320.799	2.618.377
- Depósitos Interfinanceiros	95.485	-	95.485
- Depósitos a Prazo	1.202.094	1.249.922	2.452.016
- Outros Depósitos	-	6.110	6.110
- Obrigações por emissões de Letras Financeiras	-	64.767	64.767
Obrigações Fiscais Diferidas	-	38.370	38.370
Outros Passivos	39.502	-	39.502
Patrimônio Líquido	-	309.605	309.605
Total em 30 de junho de 2026	1.337.080	1.668.774	3.005.855

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução nº 2/2020 (art. 34) o resultado contábil de 1º semestre de 2026 foi de R\$ 6.250, sendo que no 1º semestre de 2025 foi de R\$ (1.662). No semestre findo em 30 de junho de 2026, o resultado foi impactado pelo valor de R\$ 6.710 de crédito tributário de diferenças temporárias (IR e CS) do exercício anterior, considerado como resultado não recorrentes.

b) Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*.

c) No processo de convergência as Normas Internacional de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, aplicáveis as instituições financeiras. Até 30 de junho de 2026, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº. 4.924/21 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº. 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

- Resolução nº. 4.818/20 – Eventos Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº. 3.989/21 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1);
- Resolução nº. 4.924/21 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23)
- Resolução nº. 4.924/21 – Estrutura Conceitual Básica (R1);
- Resolução nº. 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1).
- Resolução nº. 4.818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1);
- Resolução nº. 4.818/20 – Demonstração do Fluxo de Caixa – (CPC 03 – R2); e
- Resolução nº. 4.924/21 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46),
- Resolução nº 4818/20 – Resultado por ação (CPC 41)
- Resolução nº 4.525/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27)
- Resolução nº 4.924/21 – Receita de Contrato com cliente (CPC 47)

d) Eventos subsequentes: Conforme AGE do dia 04 de agosto de 2026, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 25.000, aportado pelo Controlador (SIMPARG), alterando o capital social de R\$ 311.500 para R\$ 336.500. Esse aumento de capital foi aprovado e homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) através da publicação do Diário Oficial de 12 de agosto de 2026.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 1A78C613-1D56-848B-825E-0C66538F2F5A
 Subject: Complete with Docusign: vfBANCOBBC26.JUN.pdf, DF final Banco BBC Jun26.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Source Envelope:
 Document Pages: 38
 Certificate Pages: 2
 AutoNav: Enabled
 Envelopeld Stamping: Enabled
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed
 Envelope Originator:
 Jonny Lopes
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
 andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
 São Paulo, São Paulo 04538-132
 jonny.lopes@pwc.com
 IP Address: 134.238.160.130

Record Tracking

Status: Original 28 August 2026 20:25	Holder: Jonny Lopes jonny.lopes@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 28 August 2026 20:37	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team @pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Daniel Marteletto
 daniel.marteletto@pwc.com
 PwC BR
 Security Level: Email, Account Authentication
 (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
 Signature Type: ICP-Brasil
 Issuer: AC SyngularID Multipla
 Subject: CN=DANIEL NAVES
 MARTELETTO:06260972660

Signature

Assinado por:

 B85C2D581A8C4CD...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 186.215.152.4
 Certificate policy:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Timestamp

Sent: 28 August 2026 | 20:33
 Viewed: 28 August 2026 | 20:36
 Signed: 28 August 2026 | 20:37

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Jonny Lopes jonny.lopes@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 28 August 2026 20:37 Viewed: 28 August 2026 20:37 Signed: 28 August 2026 20:37

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
--------------------	--------	-----------

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 August 2026 20:33
Certified Delivered	Security Checked	28 August 2026 20:36
Signing Complete	Security Checked	28 August 2026 20:37
Completed	Security Checked	28 August 2026 20:37

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------